

ARTICULAÇÕES DE ALUNOS DE PEDAGOGIA SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

[Índice](#) [home](#) [Autores deste número](#)

Sheila Carla de Souza

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiências em classes regulares de ensino é um tema polêmico que divide opiniões de pais, comunidade, gestores escolares, docentes e discentes que partilham interesses sobre a educação. Devido a isso e, considerando as necessidades de convivências com a diversidade para uma visão mais igualitária e humana da sociedade, o presente trabalho teve como objetivo descrever as articulações de alunos de Pedagogia ao cursarem a disciplina de Inclusão Escolar. A metodologia de pesquisa escolhida para a realização do estudo foi pesquisa-ação com 70 alunos cursantes de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Particular do Estado de São Paulo. Os resultados apontam que, inicialmente, os alunos apresentam grande dificuldade para compreender as diversas formas de aprendizagens e conquistas qualitativas dos alunos com deficiência inseridos em classes regulares de ensino. Destaca-se que os discentes expressam sentimentos paradoxais em relação aos deficientes inseridos na escola, ora descrevendo-os como incapazes, ora como capazes de aprender conteúdos em salas de aula. Também, aponta-se para o fato de que a caridade e o assistencialismo parecem idéias socialmente construídas e constituintes do imaginário coletivo dos alunos. As conclusões desse estudo alertam para o fato de que, apesar da maioria dos alunos mudarem suas percepções acerca do sucesso da inclusão escolar de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, a sociedade deve persistir na quebra de paradigmas para que os indivíduos com deficiência tenham credibilidade e sejam respeitados em todos os ambientes sociais.

Palavras-chave: inclusão escolar, deficiência, pedagogia

INTRODUÇÃO

A partir da Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca, ambas publicadas pela UNESCO em 1990 e 1994, respectivamente, dirigentes de quase todas as partes do mundo enfatizaram que a Educação deve ser um bem acessível a todos os grupos sociais, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Marcadamente, é na Declaração de Salamanca (1994) que se outorga a permanência da pessoa com deficiência em salas comuns do ensino regular de escolas públicas e privadas.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) e a Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho de Educação Básica (CEB) instituíram Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica, outorgando que os alunos com deficiências deveriam freqüentar salas regulares de ensino nas escolas públicas de todo o País.

Estabelecendo uma relação cronológica entre a Declaração Mundial de Educação para Todos, divulgada em 1990 e a Declaração de Salamanca, divulgada em 1994, é possível supor que as leis, diretrizes e normas brasileiras divulgadas posteriormente, tais como a LBDNE (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050:2004 que trata da Acessibilidade, tenham se amparado em documentos de cunho internacional para suas respectivas formulações no que se refere à educação especial.

Quanto a isso, Carvalho (2005) expõe que deve existir uma preocupação social e acadêmica para a adequação da Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência levando em consideração a realidade brasileira, caso contrário, as considerações sobre a temática estão fadadas ao fracasso.

Também é importante lembrar que na história da humanidade sempre existiram pessoas com deficiências de todas as ordens: *mentais, físicas, sensoriais, múltiplas* etc, continuamente convivendo num contingente de exclusão social. Para compreender sobre tais organizações sociais, destacam-se quatro tipos de modelos de sociedade aqui denominadas de Ideal; Espiritual; Biológica e Social.

Na sociedade Ideal, Grécia – Séc. VI a. C. a 322 a. C., valorizava-se o corpo belo e saudável como forma de existência legítima, abandonando e privando as crianças com deficiências de alimentos para que não sobrevivessem. (Carvalho-Freitas & Marques, 2007).

Durante a idade média, a igreja católica que exercia grande força sobre a sociedade denominada Espiritual, bipartiu a deficiência que passou a ser compreendida sob dois aspectos: corpos disformes e com demônios que deveriam ser aniquilados pela inquisição ou indivíduos que careciam de abrigo e da piedade humana, fato este que contribuiu para assistencialismos e caridades que se arrastam até os dias atuais. (Bianchetti, 1998).

Já o modelo biológico priorizava atendimentos médicos e padrões de normalidades, objetivando a cura ou tratamento de doenças. Num contraponto, é durante o modelo denominado social que preocupações de ordens mais humanas são consideradas e formulam-se ações para que o indivíduo com deficiência possa estar inserido em contexto social: escola, trabalho, ambientes de cultura e lazer.

No entanto, os pressupostos articulados pelo modelo social parecem, ainda, distantes da aplicabilidade prática do conceito e da aceitação dos diversos ambientes sociais que compõem uma sociedade. Aliás, talvez aqui esteja um dos grandes problemas do processo de inclusão escolar das pessoas com deficiências, pois não basta o discurso da inclusão estar presente no contexto social. É preciso que haja a quebra de paradigmas de padrões sociais tais como a normalidade, a beleza e a produtividade, que consideram esses modelos como forma única de sobrevivência.

Destaca-se que a sociedade contemporânea congrega uma amplitude de diversidades dentro de um universo que deve permitir a expressão do “diferente”.

Refletindo acerca disso, traz-se à luz conceitos interessantes postulados por Goffman (1989) sobre estigmas, preconceitos e estereótipos, que permeiam a vida das pessoas com deficiência e influenciam diretamente na forma como a sociedade trata esses indivíduos.

Os estigmas podem ser considerados como marcas sociais pejorativas e deletérias que colaboram para a construção de uma imagem negativa da pessoa com deficiência. Por exemplo, uma pessoa estigmatizada pode carregar a marca de improdutivo, incapaz, anormal e, usualmente, essa marca, que é construída no meio social, influencia o indivíduo deficiente que passa a acreditar em tais rotulações, assumindo uma postura de “desacreditável”, e retroalimentando o sistema social.

Já os preconceitos retratam um baixo conhecimento acerca de determinado assunto ou pessoa. Por exemplo: um preconceito sobre a Deficiência Intelectual poderia pressupor contágio por meio da saliva, ou seja, baixo conhecimento que leva o indivíduo a realizar pressuposições errôneas a respeito de determinado assunto ou situação. (Crochik, 1996).

Por último, Omote (1987) cita que os estereótipos podem ser facilmente compreendidos a medida que se referem aos “padrões” impostos pela sociedade. Um exemplo de estereótipo de mulher atraente na sociedade contemporânea, certamente, agregaria atributos como alta, magra, olhos claros, ou seja, fôrmas inadequadas para a realidade da mulher brasileira que, pressionada pela mídia, persegue um padrão de beleza inatingível.

Todas essas considerações compõem um contingente particular de ideias que permeiam os processos de inclusão escolar de pessoas com deficiência em escolas regulares de ensino e devem servir de parâmetros e categorias de análises àqueles profissionais que pretendem educar pessoas no sentido mais amplo da palavra.

MÉTODO

Método de revisão da literatura e pesquisa-ação por meio da observação direta de 70 alunos, de 04 turmas do 3º semestre do curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Privado do Estado de São Paulo.

Todos os participantes do estudo possuem entre 20 e 40 anos, sendo 98% do gênero feminino, solteiros, estudantes universitários, divididos em 35 alunos no período matutino e 35 no período noturno.

A pesquisa-ação foi escolhida porque “é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo” (Thiollent, 1985, p. 14 apud Gil, p. 55, 2002).

O instrumento utilizado para o registro das observações diretas foi o verso da lista de presença dos alunos – campo “conteúdo da aula”. Na ocasião, o procedimento adotado foi, ao término da ministração da disciplina de Inclusão Escolar, anotar as discussões, questionamentos e articulações dos alunos, destacando aquilo que mais chamava atenção ou persistência do assunto em sala de aula.

Foram registrados conteúdos de 4 h/a semanais, durante os meses de agosto, setembro e outubro, totalizando 10 semanas de observações, portanto, 160 h/a semanais.

RESULTADOS

A seguir, estão descritos os seis resultados mais recorrentes nos discursos dos alunos e constantes nos registros feitos nas listas de presença das turmas:

- Dificuldades para compreender e aceitar as diversas formas de aprendizagens que os alunos adquirem dentro do contexto escolar;
- Fixação nas aquisições de conhecimentos lingüísticos e lógico-matemáticos por parte dos alunos, sendo essa perspectiva dificultada quando abordadas temáticas sobre aprendizagem de indivíduos com deficiência intelectual;
- Dificuldade na aplicabilidade do conceito de realizar avaliação qualitativa ao invés da quantitativa com alunos com deficiências. Os participantes compreendiam as diferenças nas propostas, mas sempre que requisitados

exemplos, detinham-se em respostas quantitativas de avaliações de rendimentos acadêmicos das pessoas com deficiência;

- Oscilação de sentimentos entre a “descrença no processo de aprendizagem da criança incluída” até a “manifestação de sentimento de piedade, caridade e assistencialismos”;
- Recorrência de depoimentos negativos desses discentes sobre as suas experiências nos estágios quando existia criança com deficiência na sala de aula, pois na maior parte dos casos, havia crítica do professor responsável pela sala e dúvidas sobre os procedimentos didáticos-pedagógicos que deveriam ser adotados com a criança;
- Curiosidades sobre as etiologias, prognósticos e diagnósticos das diversas deficiências encontradas em ambiente escolar.

DISCUSSÃO

É de fundamental importância que os futuros profissionais da educação sejam capacitados e sensibilizados para uma prática pedagógica adequada, no atendimento das pessoas com deficiência em ambiente escolar. Numa perspectiva mais ampla, o despertar do olhar do aluno de Pedagogia para as especificidades que o processo de Inclusão Escolar requer, pode ser um dado diferencial para atuações docentes mais eficazes em sala de aula com alunos provindos do sistema de inclusão escolar.

Frente a isso, observou-se a necessidade de que o processo de capacitação desses alunos em ambiente universitário contemple os direitos legais das pessoas com deficiência de freqüentarem escolas regulares de ensino; conhecimentos acerca da relação do deficiente com o meio social e a quebra de paradigmas sociais no que concerne à pessoa com necessidades educacionais especiais.

Neste processo, também é preciso concentrar esforços para mudar a tendência do aluno em enxergar a pessoa com deficiência como “desviante” e direcionar sua perspectiva de atuação para as potencialidades humanas num sentido amplo, compreendendo que a escola pode e deve ter uma ação extensa no que se refere à formação integral de seus alunos.

É importante destacar que a capacitação desses futuros docentes abrange desde a compreensão do que é uma pedagogia centrada no aluno, dentro do paradoxo do nosso sistema educacional que privilegia estratégias homogeneizantes, até a mudança de olhar de que a escola deve formar alunos restringindo suas aprendizagens a conteúdos formais lingüísticos e lógico-matemáticos.

Nesse sentido, é preciso que esse profissional desconstrua essa ideia limitada sobre o que é um processo de aprendizagem e entenda seu aluno como um ser humano holístico e com possibilidades de habilidades múltiplas, tais como interações sociais, aquisições de linguagem, compartilhamento de espaços com pessoas diferentes, elevação de auto-estima e efetiva convivência democrática para a inclusão social.

Aqui está um dos grandes problemas da aceitação da Inclusão Escolar: *a quebra de preconceitos* com esses discentes em processo de formação, pois, na maioria das vezes, o argumento mais recorrente que se houve em sala de aula é que o aluno com deficiência deveria ter atendimento médico e não educacional. Tal articulação leva a pensar que a matriz de interpretação biológica está ávida e presente na visão da sociedade no que tange às pessoas com deficiência.

Posto isso, torna-se fundamental o alerta dos cuidados que os educadores devem ter ao encaminharem pais para sistemas de saúde com diagnósticos previamente elaborados que, na maior parte dos casos, serve apenas para rotular alunos como problemáticos e inaptos para os processos de aprendizagem. Também, é válido destacar que aos profissionais da educação não cabe a preocupação com o diagnóstico médico que, no caso, deve ser elaborado pelo profissional da área da saúde.

Outrossim, não é rara a discussão em sala de aula de que os alunos com deficiências pioraram a educação pública devido ao compartilhamento de atenção dos professores e de espaço físico.

Arelado a todos esses fatores, a vivência dos alunos nos estágios parece impregnar seus olhares para os aspectos negativos e dificuldades da Inclusão Escolar, pois não é raro a constatação da falta de acessibilidade nos espaços físicos da escola, a distorção do que é uma pedagogia centrada no aluno, a falta de adequações curriculares, equipamentos e, talvez, o mais importante: a falta de intervenção do professor em exercício naquilo que a criança apresenta enquanto potencialidade.

Constata-se, ainda, que a falta de entusiasmo dos docentes que estão na ativa e que, muitas vezes, compartilham suas angústias com os alunos estagiários, faz com que esses discentes em processo de formação desacreditem no sucesso da Inclusão Escolar.

Aliado a todas essas constatações, estão as construções sociais acerca das deficiências, alicerçadas em fortes pilares de preconceitos, estigmas e estereótipos.

É possível que, nesse fato, esteja registrado um dos problemas mais graves no que se refere à aceitação genuína dos indivíduos com deficiência em classes regulares de

ensino porque todos os outros, que também são dignos de destaque, compõem uma classe “técnica” e “operacional” passível de intervenção. Mas, quando o assunto é preconceito, deve-se considerar os atributos individuais e os sociais que se retroalimentam, abrindo pouco espaço para intervenções e mudanças efetivas num curto período de tempo.

Ao pensar em estigmas e estereótipos, igualmente, realçamos o papel importante que a sociedade exerce nas atribuições de adjetivos deletérios aos deficientes, reduzindo-os às suas deficiências e estereotipando-os como incapazes porque os mesmos não se encaixam em formas sociais previamente estabelecidas como: o belo, o produtivo, o inteligente, o bem sucedido.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que tantos apontamentos contra a Inclusão Escolar de pessoas com deficiências são feitas pelos alunos, é possível observar o quanto eles sensibilizam-se e compartilham da dor desses indivíduos que possuem deficiência acreditando que, futuramente, o processo de inclusão escolar poderá ajudá-los na inclusão social.

Geralmente, quando essas articulações são feitas, percebe-se um sentimento de piedade e de assistencialismo associados e, dificilmente, seus olhares concentram-se nas potencialidades das pessoas com deficiência que, respeitados os limites de cada um, podem trabalhar, aprender, freqüentar espaços de lazer, ou seja, serem cidadãos frente a uma sociedade acostumada a valorizar e privilegiar apenas aquilo que é “perfeito”.

Por último, apesar da curiosidade dos alunos pairar sobre as etiologias, e prognósticos das deficiências/doenças, todo o trabalho para a capacitação dos discentes na disciplina de Inclusão Escolar, deve ter um foco de desmistificação de que as pessoas com deficiências são incapazes e alertar sobre as diferentes realidades que esses futuros profissionais encontrarão nas suas práticas docentes, pois o processo de Inclusão abrange um contingente muito maior que a atuação com pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas – (ABNT NBR 9050). Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papirus, 1998. p. 21-51.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1996.

Revista Pandora Brasil

Revista Pandora Brasil Nº 24 – Novembro de 2010
“Inclusão em Educação: Caminhos, Políticas e Práticas”

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARVALHO-FREITAS, M. N. A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras - Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. Temas em Psicologia, n.3, p. 47-70, 1996.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

EDLER C. R. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 2. ed. Porto Alegre: Mediação: 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 4ª ed., 2004.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. São Paulo: Zahar Editores, 1989.

Ministry of Education and Science of Spain. Final Report: World Conference on Special Needs Education: Access and Quality. Salamanca: UNESCO, 1994.

OMOTE, S. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. Didática, n.22/23, p. 167-180, 1987.